

Diário do Legislativo de 23/07/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA

ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Agostinho Silveira, Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Rodrigues, Eduardo Brandão, Gil Pereira e Adeldo Carneiro Leão (substituindo este ao Deputado Edson Rezende, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Indicação de Membros das Comissões Permanentes § 1º do art. 204; Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Mauro Lobo, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os Deputados Agostinho Patrús, Alberto Pinto Coelho, Doutor Viana, Márcio Kangussu, Miguel Martini, Olinto Godinho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão, em turno único, do parecer do relator, Deputado Mauro Lobo, do Projeto de Lei nº 1.796/2001, são apresentadas propostas de emendas. Na fase de votação, são aprovadas duas propostas de emendas, que aprovadas, foram incorporadas ao parecer. Fica aprovada a nova redação, que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1, 13 a 24, 31 a 37, 40 a 45, 48, 49, 50, 52 a 84, 86 a 89, 91, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 130, 132, 134, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 145 a 172, 195 a 229, 231, 241, 248, 252, 263, 264, 272, 278, 282, 287, 288, 301, 302, 304 a 308, 310, 320, 323, 326, 327, 338, 341, 343, 345, 347, 360, 361, 363, 364, 365, 367, 368, 371 a 376, 380 a 393, 395 a 404, 411 a 432, 440, 443, 445, 446, 447, 449, 451, 452, 454 a 472, 488, 494 a 502, 505, 506, 507, 509, 513, 518, 521, 522, 528, 530, 532, 537, 538, 541, 543, 547 a 552, 554 a 578, 580, 584, 585, 588, 596, 598, 599, 610, 616, 618, 619, 622 a 626, 628, 629, 631, 634, 639, 648, 652, 653, 659, 660 a 705, 716, 719, 738, 743 a 748, 750, 758, 759, 760, 768, 769, 770, 869 a 886, 897 a 943, 945 a 956, 962, 963, 972, 973, 1010, 1022 a 1031, 1033 a 1050, 1053 a 1074, 1214 a 1243, 1400 a 1433, 1435, 1436, 1438, 1439, 1440, 1444, 1450, 1483 a 1486, 1489 a 1504, 1506, 1507, 1558, 1559, 1563, 1564, 1574, 1578 a 1615, 1617, 1618, 1619, 1621, 1622, 1626, 1627, 1630, 1698 a 1710, 1712 a 1716, 1718, 1720, 1722, 1723, 1724, 1726 a 1729, 1731, 1733 a 1747, 1749 a 1761, 1769 a 1783, 1788 a 1836, 1838, 1858, 1859, 1861, 1865, 1905, 1906, 1927, 1937, 1957, 1960, 1974, 1975, 1976, 1982 a 1993, 2006, 2007, 2010, 2015 a 2049, 2051 a 2087, 2089 a 2097, 2099 a 2150, 2152 a 2160, 2162, 2163, 2165, 2166, 2167, 2170 a 2228, 2300, 2302, 2305, 2306, 2308 a 2311, 2313, 2316 a 2319, 2324, 2325, 2327 a 2653, 2384 a 2394, 2407 a 2458, 2460, 2461, 2462, 2463 a 2471, 2472 a 2490, 2491, 2492, 2494 a 2517, 2534, 2545, 2546, 2549, 2550, 2552, 2553, 2556, 2563, 2566, 2567, 2570, 2573 a 2593, 2623 a 2646, 2676 a 2681, 2683 a 2688, 2690 a 2693, 2695, 2696, 2697, 2699, 2701 a 2716, 2719, 2720, 2721, 2724, 2727 a 2756, 2770, 2779 a 2804, 2806 a 2811, 2812, 2813, 2814, 2815 a 2841, com as Subemendas nºs 1 às Emendas 4,6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298, 299, 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491, 492, 493, 503, 504, 508, 510, 515, 516, 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544, 545, 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725, 726, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 896, 944, 957, 961, 964, 969, 970, 971, 974 a 997, 1032, 1086, 1087, 1088, 1090, 1131, 1132, 1146, 1180, 1181, 1545 a 1557, 1560, 1562, 1565, 1573, 1666, 1620, 1623, 1624, 1625, 1628, 1629, 1685, 1711, 1717, 1719, 1721, 1725, 1784 a 1787, 1860, 1904, 2005, 2008, 2009, 2011 a 2014, 2050, 2161, 2164, 2168, 2299, 2301, 2303, 2304, 2307, 2312, 2314, 2315, 2320, 2321, 2322, 2326, 2395 a 2406, 2524 a 2529, 2535, 2539, 2543, 2544, 2548, 2454, 2558, 2561, 2564, 2565, 2568, 2569, 2594 a 2622, 2682, 2689, 2694, 2698, 2700, 2717, 2718, 2722, 2723, 2725, 2726, 2771e 2805; e pela rejeição das Emendas nºs 2,3,5,12, 26, 27, 28, 38, 47, 85, 173 a 184, 186 a 194, 235, 237, 239, 242, 244, 246, 250, 251, 254 a 262, 266, 269, 271, 273, 276, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 290 a 297, 303, 309, 311 a 314, 316 a 319, 321, 322, 324, 325, 328, 337, 339, 342, 344, 346, 348 a 359, 362, 366, 369, 370, 377, 378, 405 a 410, 475, 476, 479, 481 a 487, 490, 511, 512, 514, 579, 581, 582, 586, 587, 589 a 592, 594, 595, 597, 600, 601, 602, 604 a 609, 611 a 615, 617, 620, 621, 627, 630, 632, 633, 635 a 638, 640 a 647, 650, 651, 655, 658, 706 a 710, 712, 713, 715, 722, 724, 728, 729, 731 a 734, 736, 737, 739, 741, 742, 751 a 755, 757, 762, 763, 765, 766, 772 a 867, 958, 959, 960, 966, 967, 968, 998 a 1009, 1011 a 1021, 1051, 1052, 1075 a 1085, 1089, 1091 a 1130, 1133 a 1145, 1147 a 1179, 1182 a 1213, 1244 a 1399, 1434, 1437, 1441, 1442, 1443, 1445 a 1449, 1451 a 1482, 1487, 1488, 1505, 1508 a 1544, 1566 a 1569, 1571, 1572, 1575, 1576, 1577, 1631 a 1684, 1686 a 1697, 1730, 1732, 1748, 1762 a 1768, 1837, 1839 a 1857, 1862, 1863, 1864, 1866 a 1890, 1892 a 1903, 1907 a 1926, 1928 a 1936, 1938 a 1956, 1958, 1959, 1961 a 1973, 1977 a 1981, 1994 a 2004, 2088, 2098, 2151, 2169, 2229 a 2298, 2323, 2354 a 2383, 2459, 2493, 2518 a 2523, 2530 a 2533, 2536, 2537, 2538, 2540, 2541, 2542, 2547, 2551, 2555, 2557, 2559, 2560, 2562, 2571, 2572, 2648 a 2675, 2757 a 2769, 2772 a 2778.

Ficam prejudicadas com a aprovação das respectivas subemendas que receberam o nº 1 as Emendas nºs 4, 6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 95, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298, 299, 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491, 492, 493, 503, 504, 508, 510, 515, 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544, 545, 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725, 726, 727, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 898, 944, 957, 961, 964, 969, 970, 971, 974 a 997, 1032, 1086, 1087, 1088, 1090, 1131, 1132, 1146, 1180, 1181, 1545 a 1557, 1560, 1561, 1562, 1565, 1573, 1616, 1620, 1623, 1624, 1625, 1628, 1629, 1685, 1711, 1717, 1719, 1721, 1725, 1784 a 1787, 1860, 1904, 2005, 2008, 209, 2011 a 2014, 2050, 2161, 2164, 2168, 2299, 2301, 2303, 2304, 2307, 2312, 2314, 2315, 2320, 2321, 2322, 2326, 2395 a 2406, 2524 a 2529, 2535, 2539, 2543, 2544, 2548, 2454, 2558, 2561, 2564, 2565, 2568, 2569, 2594 a 2622, 2682, 2689, 2694, 2698, 2700, 2717, 2718, 2722, 2723, 2725, 2726, 2771 e 2805. Ficam também prejudicadas as Emendas nºs 1570 e 2647. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Dilton Melo - Anderson Adauto - Maria Olívia - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 109ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Elbe Brandão, João Leite, Márcio Kangussu e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a realizar audiência pública para debater a situação das 120 famílias e 300 crianças acampadas nos Municípios de Mário Campos e Sarzedo. Comunica, ainda, o recebimento da seguinte correspondência: convite feito aos membros da Comissão pelo Deputado Federal Orlando Fantazzini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, para participarem da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizada de 15 a 17 de maio, na Câmara dos Deputados, em Brasília, DF; convite do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG-ES), para a programação Quartas do Conselho, no auditório do Conselho, e dia 22/5/2002, no Teatro da Assembléia Legislativa, com os temas "Trabalho: Saúde e Segurança Ocupacional" e "As Marcas da Violência", respectivamente; convite para o XIII Congresso da Sociedade Mineira de Cardiologia, nos dias 4 a 6 de julho de 2002, no Palácio das Artes e no Conservatório da UFMG; ofícios da Sra. Maria Neusa Rodrigues, Delegada de Polícia III, da Comarca de Montes Claros, em que agradece o voto de congratulações à sua pessoa; do Vereador João Batista Neves de Mendonça, Presidente da Câmara Municipal de Guarani, em que encaminha cópia de uma representação de autoria de todos os Vereadores, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, em tramitação nesta Casa; dos Srs. Anderson Lima Vieira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Águas Formosas, publicado no "Diário do Legislativo" em 3/5/2002; Cláudio Freitas Utch Moreira, Titular da 3ª Delegacia Especializada de Furtos e Roubos, contendo cópia dos autos do Inquérito Policial nº 265/2002, em que figura como autor Raulem Rodrigues Rocha de Araújo, no qual este alega ter sido torturado pelo policial militar Vander Gonçalves da Silva; do Vereador Amarildo José Mayrink, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Bicas, contendo cópia do relatório referente à cadeia pública de Bicas; ofícios dos Srs. Otávio Lomônaco, Juiz de Direito, comunicando a existência de processo de reintegração de posse movido pelo Município de Carmo da Mata contra integrantes do MST; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, e João Batista Ferreira, apresentando denúncia de prostituição de menores, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 4/5/2002; Antônio Romualdo Rocha Ribeiro, encaminhando cópia de ocorrência policial, feita pela requerente Gláucia Maria Machado Rocha Ribeiro; servidores públicos encaminhando cópia da representação enviada aos representantes do Ministério Público da Comarca de Ribeirão das Neves, na qual solicitam as providências cabíveis, em virtude da insegurança relativa ao trabalho que exercem para a Penitenciária José Maria Alkmim; Ivon Borges Martins, Presidente da Federação Estadual do Meio Ambiente-FEAM -, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 2.995/2001, da Comissão; do Movimento Nacional de Direitos Humanos - Central Estadual contra a Tortura, contendo cópia de denúncias encaminhadas à Corregedoria da Polícia Militar, solicitando urgente apuração das alegações de tortura por policiais integrantes da corporação; cartas dos Srs. Antônio Sérgio Souto Bernardo, detento da cadeia pública de Peçanha, em que pede apoio da Comissão no seu julgamento; Francisco Gomes Moura, detento da Penitenciária Nelson Hungria, em Nova Contagem, solicitando um advogado para acompanhar o seu processo criminal; José Rogério Gomes, detento da Delegacia Seccional de Polícia de Carangola, informando que é inocente e pedindo a liberdade. A Presidência solicita ao Deputado Marcelo Gonçalves que proceda à leitura do relatório concernente à visita à cadeia pública de Araçuaí, realizada no dia 19/4/2002. Após, o Presidente informa aos Deputados que a Comissão irá realizar visitas à cadeia pública e ao centro de recuperação do menor, no Município de Janaúba, no dia 13/5/2002, e às Penitenciárias Dutra Ladeira e José Maria Alkmim, em Ribeirão das Neves, no dia 15/5/2002. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 1.970/2002, no 1º turno (Deputado Márcio Kangussu); Projeto de Lei nº 2.063/2002, no 1º turno (Deputado Marcelo Gonçalves). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.311, 3.313 e 3.314/2002. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado João Leite, em que pede sejam ouvidos nesta reunião os convidados que menciona, para debater a situação das 120 famílias e 300 crianças acampadas nos Municípios de Mário Campos e Sarzedo; do Deputado Marcelo Gonçalves, em que pleiteia seja formulado voto de congratulações com o Desembargador Orlando Adão de Carvalho por sua posse como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais; da Deputada Elbe Brandão, em que postula seja realizada audiência pública com os convidados que menciona, para discutir a criminalidade em Montes Claros; do Deputado Durval Ângelo, em que pede seja realizada audiência pública com os convidados que menciona para debater as possíveis violações de direitos humanos na Administração do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte-ADTER -, e seja convidado o Dr. Márcio Decat, ex-Procurador-Geral de Justiça, para esclarecer a notícia veiculada pelo jornal "Hoje em Dia" de 8/5/2002. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença da Sra. Tereza de Lamare, Superintendente de Assistência Social, representando o Dr. Antônio Elias Nahas, Secretário de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente; dos Srs. Fernando Pereira Bromonschemkel, Procurador-Geral do Município, representando o Sr. Alberto Agostinho Cândido, Prefeito Municipal de Mário Campos; José Patrocínio Zezito, Secretário de Governo, representando o Prefeito Municipal de Sarzedo; Eloy Alves Filho, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-IN CRA -; Paula Adriana Massara Cocolus, Coordenadora do Setor de Limites, representando o Prof. David Márcio Santos Rodrigues, Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas-IGA -; Marcos Helênio Leone Pena, Diretor de Cidadania, representando o Sr. Marcelo Resende de Souza, Diretor-Geral do Instituto de Terras de Minas Gerais- ITER -; Valéria Antônia da Silva, representante dos acampados naqueles municípios, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Após, passa a palavra aos convidados, para que façam cada qual sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente - Marcelo Gonçalves - Edson Rezende.

ATA DA 91ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, Fábio Avelar e Ivair Nogueira (substituindo este ao Deputado Antônio Andrade, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos

membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Rubens Coelho de Mello, Presidente da COPASA-MG, em que presta informações relativas ao Requerimento nº 2.808/2001, desta Comissão, publicado no "Diário do Legislativo" de 17/5/2002, e representação do Sr. Laurindo Gomes Ferreira, ex-Prefeito Municipal de Lagoa Formosa, enviada ao Promotor de Justiça da Comarca de Patos de Minas, em que manifesta indignação contra a atual administração, que vem destruindo o patrimônio cultural e artístico da cidade e causando sérios danos ao meio ambiente. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.833/2001, em 2º turno, para o qual designou como relator o Deputado Antônio Andrade. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Deputada Maria José Hauelsen assume a Presidência e, na qualidade de relatora, procede à leitura do seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.029/2002, no 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Na fase de discussão, a Presidência informa que a proposta de emenda protocolada nesta Comissão pelo Deputado Anderson Aduino já se encontra incorporada no parecer, razão pela qual ela fica prejudicada. Colocado em votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Maria José Hauelsen, em que solicita seja realizada reunião na cidade de Poços de Caldas para debater, em audiência pública, os riscos causados ao meio ambiente decorrentes da redução do número de empregados das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB -, na Unidade de Tratamento Mineral de Caldas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2002.

Fábio Avelar, Presidente - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo.

ATA DA 77ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Olívia, Elbe Brandão, Gil Pereira, Ambrósio Pinto, Márcio Cunha e Pastor George, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ambrósio Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.104/2002, no 1º turno (Deputado Ambrósio Pinto); Projeto de Lei nº 1.090/2002, no 2º turno (Deputado Pastor George). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 799/2000 (relator: Deputado Márcio Cunha). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.043/2002, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, Deputado Gil Pereira. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.332/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Márcio Cunha em que solicita a presença do Secretário de Estado de Turismo em reunião da Comissão, a fim de dar ciência de seus planos à frente dessa Secretaria; Elbe Brandão e Antônio Carlos Andrada em que solicitam sejam convidados a participar de audiência pública os Secretários de Estado de Turismo e de Planejamento, um representante da TURMINAS, das Associações Microrregionais, do PRODETUR-NE, do Banco do Nordeste para se discutir o Projeto de Lei nº 2.043/2002 e se conhecer a experiência do PRODETUR-NE, sua tramitação e avanços alcançados; e Ambrósio Pinto em que solicita seja enviado ofício à Rede Ferroviária Federal e à Ferrovia Centro-Atlântica, para que informem à Comissão quem é responsável pela manutenção e pela conservação do patrimônio histórico da Rede Ferroviária de Ribeirão Vermelho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2002.

Maria Olívia, Presidente - Márcio Cunha - Aílton Vilela.

ATA DA 91ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, Agostinho Patrús e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a clonagem de cartões bancários e as eventuais ações que possam ser empreendidas com o objetivo de proteger os consumidores e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Luiz do Couto Neto, Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, agradecendo o convite formulado ao Dr. Armínio Fraga e informando a impossibilidade de seu comparecimento a esta reunião, em virtude de outros compromissos assumidos anteriormente; do Sr. Gilton Pacheco de Lacerda, Diretor-Presidente da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA -, agradecendo o convite formulado para participar da audiência pública desta Comissão, prevista para o dia 29/5/2002, com a finalidade de debater a Lei nº 1.150, lamentando a impossibilidade de comparecer e informando que tal assunto deveria ser tratado com a Coordenação-Geral de Assunção e Reestruturação de Passivos - COARP -, unidade integrante da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, uma vez tratar-se de atribuição daquela Secretaria manifestar-se sobre a conveniência e oportunidade da operação de novação das dívidas do FCVS pela União. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.078/2000, no 2º turno (Deputado Bené Guedes). A Presidência registra a presença da Vereadora Maria Lúcia Scarpelli, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e dos Srs. Ramon Sandoli de Aguiar Lisboa, Delegado de Polícia Adjunto da Delegacia de Repressão ao Crime Informático e das Fraudes Eletrônicas; Ricardo Augusto Amorim César, Assessor Jurídico do PROCON Estadual; André José de Castro Bernardes e Alneir Fernando Santos Maia, respectivamente, Assessores Jurídicos do PROCON Municipal, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Após, passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2002.

Maria José Hauelsen, Presidente - Bené Guedes - Aílton Vilela.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

377ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/7/2002

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, povo de Minas Gerais, gostaria, oficialmente, em meu nome e no da Assembléia Legislativa, de trazer nossas saudações a Montes Claros, pelos seus 145 anos de emancipação político-administrativa, comemorados no dia 3 de julho. Na oportunidade, estivemos em Montes Claros e pudemos expressar as nossas congratulações ao povo dessa cidade. Mas não poderia deixar de, desta tribuna, demonstrar toda a nossa alegria e satisfação em representar, com dignidade, ética e respeito, o povo de Montes Claros. É uma cidade que desponta neste mundo globalizado de dificuldades, que assume sua posição de liderança.

É bem verdade que enfrenta dificuldades, porque, partindo de Belo Horizonte em direção ao nordeste brasileiro, constatamos que talvez seja das poucas cidades de parada para o nordestino que vem em direção ao Sudeste, em busca de melhores condições. Na grande maioria das vezes, esse viajante encontra Montes Claros ou pára aí, agravando os seus problemas sociais.

Apesar de tudo isso, de toda essa dificuldade, e de congregar todo o Norte de Minas e Sul da Bahia nas áreas da saúde, da educação, etc., a cidade consegue despontar e exercer o seu papel de liderança. Hoje, Montes Claros possui quatro universidades. A UNIMONTES, a maior universidade estadual do País, gratuita, com mais de 24 cursos superiores e mais de 10 mil estudantes, prima pela qualidade de ensino e está entre as melhores do País. Não tem a unanimidade só dos Deputados votados em Montes Claros, mas também o apoio de companheiros de outras regiões. Vejo no Plenário o Paulo Piau, que, num momento de rara felicidade, apresentou projeto estabelecendo o custeio das duas universidades estaduais, a UEMG e a UNIMONTES, que exercem papel fundamental na educação no Estado. Aliás, podemos dividir o tempo de Montes Claros e do Norte de Minas em antes e depois da UNIMONTES. São duas épocas, duas datas absolutamente distintas. Graças a Deus, a UNIMONTES consegue avançar em qualidade e se situar entre as melhores universidades do País; caminha em direção ao vale do Jequitinhonha implantando cursos, e também em direção ao Noroeste de Minas, conseguindo transformar e mudar a realidade local.

A UNIMONTES nos dá satisfação e orgulho, e hoje é o símbolo dessa Montes Claros moderna, de 145 anos de existência. Temos outras universidades. A universidade de Santo Agostinho, a do grupo Pitágoras, a ligada à escola técnica e a ligada ao grupo do Indyu, que também oferecem várias opções para que os estudantes do Norte de Minas possam se aperfeiçoar e fazer o curso superior.

Montes Claros enfrenta dificuldades, das mais diversas, na área da saúde pública. Praticamente 50% do atendimento é direcionado a moradores de cidades vizinhas, o que sobrecarrega a Santa Casa da cidade, o Hospital Universitário e o Hospital Haroldo Tourinho, hospitais públicos filantrópicos, que prestam grande serviço à população montesclarenses e de norte-mineira. Aliás, a Santa Casa está assinando convênio para implantação de um centro de oncologia, com a ajuda do Governo Itamar Franco e do Governo Federal. Esse centro está apto a atender todos os casos de tratamento do câncer, tendo sido implantado, inclusive, um serviço de medicina nuclear para acompanhar a evolução no tratamento da doença. Esse convênio está sendo assinado hoje em Montes Claros, e é pena eu não poder estar presente. Vejo aqui os companheiros Luiz Tadeu Leite, Doutor Viana, Márcio Kangussu, Wanderley Ávila, que também não puderam estar lá. Com certeza esse grande benefício atenderá não só Montes Claros, mas todas as cidades norte-mineiras e do Sul da Bahia. Montes Claros comemora sua exposição agropecuária, uma das maiores do interior, perdendo talvez apenas para as grandes exposições do Triângulo. A exposição agropecuária de Montes Claros é uma realidade e um grande incentivo para que nossa pecuária e nossa agricultura, que hoje passam por dificuldades, como todo o setor agropecuário deste País, possam voltar aos bons tempos. Observamos avanços significativos dos nossos policiais militares, responsáveis pela segurança das nossas cidades. Tudo isso nos leva a acreditar que, apesar das dificuldades e de todos os problemas que Montes Claros enfrenta, é possível a construção de uma grande cidade. Essa construção é feita por muitas mãos: da Prefeitura Municipal, na pessoa do Prefeito Jairo Ataíde; da Câmara Municipal, com a co-responsabilidade dos Vereadores, e das pessoas que acreditam em Montes Claros, dos empresários, professores, médicos, trabalhadores rurais e urbanos e estudantes. Todo esse esforço leva a acreditar que a nossa cidade, se Deus quiser, superará esses problemas iniciais e se consolidará como a grande líder do Norte de Minas, como a cidade do presente e do futuro. Estamos lutando e trabalhando para que seja reconhecida como grande cidade universitária, como amiga dos outros municípios, que abre seu coração e suas portas para que companheiros e irmãos de cidades vizinhas de todo o Norte de Minas possam chegar e se sentir bem; que luta pelos grandes projetos do Norte de Minas, pela consolidação do Projeto Jaíba, que nos beneficia diretamente, e pela implantação da Barragem de Congonhas, que servirá ao povo montes-clarenses daqui a dez anos e perenizará o nosso rio Verde Grande, que está morrendo; como a cidade da grande imprensa, que tem força e se preocupa em divulgar os verdadeiros fatos; da TV Grande Minas, filiada à Rede Globo, da TV Geraes, do "Jornal de Notícias", do "Jornal do Norte", da revista "Tempo"; a cidade de tantas emissoras de rádio, que não se preocupa em esconder os fatos, mas, pelo contrário, tem interesse em mostrá-los.

Esta, a nossa Montes Claros, cidade de 145 anos, que tenho o prazer de representar como parlamentar. Quando a cidade comemora mais um aniversário, em nome dos 77 Deputados desta Casa, do Poder Legislativo mineiro, saudamos o povo de Montes Claros, que luta para construir uma cidade digna de se morar. Queremos comemorar muitos outros anos com esta mesma emoção, com este mesmo desejo de crescimento. Parabéns, Montes Claros, povo montes-clarenses! Nossas congratulações e o reconhecimento da Assembléia Legislativa a esta grande cidade mineira. Obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público, imprensa, amigos telespectadores da TV Assembléia, dois assuntos trazem-me à tribuna, no penúltimo dia dos trabalhos legislativos deste semestre. O primeiro diz respeito à minha produção legislativa nesta Casa. Farei o relato do que apresentamos como projetos de lei e proposições, nesta Casa. Faço, também, um protesto, pois nossos projetos infelizmente não chegaram a Plenário, para serem avaliados pelos Deputados.

Volto a esta tribuna, portanto, com a certeza de ter dado minha contribuição para o aprimoramento da democracia em nosso Estado e País. Nesse período, e nos anos anteriores, apresentei dezenas de projetos de lei que possibilitaram melhorar a vida de milhares de pessoas. Entre 88 proposições, apresentei cerca de 40 projetos de lei e posso citar, entre eles, o Projeto de Lei nº 1.351/2001, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer o Calendário Estadual de Eventos Culturais e Turísticos, já aprovado e transformado em lei ordinária. Esse projeto será fundamental para que o setor turístico mineiro se organize melhor e possibilite atrair maior número de turistas, gerando mais emprego e renda para os mineiros.

Também citamos o projeto que dá à Universidade de Minas Gerais um terreno, possibilitando-lhe ter seu "campus" no Bairro Cidade Nova, em Belo Horizonte.

Outro que considero fundamental para melhorar a questão da saúde no Estado, é o Projeto de Lei nº 1.347/2001, que autoriza o Poder Executivo a criar o Serviço de Acupuntura e Terapias Afins nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo poder público ou a ele vinculados e dá outras providências. Conheço, por experiência própria, as vantagens que a medicina tradicional chinesa possibilita no tratamento da saúde. A acupuntura é uma ação preventiva, portanto, pode tornar mais acessível e econômico os tratamentos de saúde em Minas.

Como disse, apresentei 88 projetos de lei e requerimentos, que considero relevantes para o desenvolvimento do Estado e para o bem-estar da população. Infelizmente, muitos deles ainda enfrentam dificuldades de tramitação em nossas comissões permanentes. Apenas para citar um deles, o que institui o Dia do Acupunturista, o Projeto de Lei nº 1.349/2001, a ser comemorado anualmente no dia 23 de março. Estranhamente, o projeto recebeu veto na comissão, que alega ser da alçada do Executivo a instituição de datas comemorativas.

Vejam vocês, digo que estranho porque esta Casa Legislativa já aprovou muitos projetos que instituem datas para várias categorias e fatos, como, por exemplo, o Dia da Cachaça e o Dia do Espirita.

Tenho a certeza de que os nobres colegas Deputados saberão alterar essa situação no segundo semestre, discutindo e liberando nossos

projetos para que possam ser apreciados democraticamente no Plenário desta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, outro assunto que trago à consideração dos meus pares é a questão que vivemos na CPI das Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais, cognominado por nós de CPI das Carvoarias. Entre tantos temas, entre tantos problemas discutidos por nós nessa Comissão, um assunto chamou-me muito a atenção: a terceirização dos serviços no Brasil, terceirização essa considerada por alguns como uma forma de tornar precárias as condições dos nossos trabalhadores, defendida por outros como uma forma de minimizar custos, de viabilizar, portanto, determinadas empresas. Ouvimos, nessa CPI, inúmeras alegações favoráveis e contrárias. No final da CPI, quando o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresentou várias sugestões, naquele momento, para consubstanciar o relatório final, consideramos que tais sugestões deveriam servir como pauta de um futuro seminário a ser realizado pela Assembléia, quando discutiríamos com profundidade a questão das indústrias extrativas de Minas Gerais e aprofundaríamos a questão da terceirização. Mas, como dizia, essa terceirização chamou-me muito a atenção e fui buscar, em conversas com empresários, com trabalhadores, com pessoas interessadas, uma solução para que pudéssemos viabilizar a indústria extrativa e, acima de tudo, pudéssemos viabilizar setores produtivos importantes da nossa sociedade que, em vista da terceirização, tem os seus negócios fadados ao insucesso. Pensando assim, estou cada vez mais convicto de que, sem dúvida alguma, o cooperativismo é a solução para essa questão da terceirização. E hoje, pelo que vi, ouvi e estudei, posso dizer que o cooperativismo é a solução para enfrentarmos diversos problemas. Vejo, por exemplo, funcionários da PRODEMG e de outros órgãos do Estado que talvez tenham seus casos solucionados por meio das cooperativas, mas, no caso da indústria extrativa, hoje, não tenho a menor dúvida.

Por isso, Sr. Presidente, quero levantar uma questão que considero das mais sérias, que é a terceirização no Brasil. Reconheço a busca para as constantes crises de emprego e geração de renda das camadas mais abandonadas da sociedade, tanto nos grandes centros urbanos como na zona rural, onde as oportunidades, além de serem mais escassas, ainda sofrem ações predatórias de alguns membros do Ministério Público do Trabalho contra as cooperativas do Estado e contra toda forma de terceirização, como vimos no andamento da CPI da Carvoarias. Como disse, alguns alegam que a terceirização torna precárias as condições dos trabalhadores. É possível concordar, em parte, já que existem empresas terceirizadas inidôneas, mas também existem empresas sérias, que fazem um bom trabalho. É preciso separar o joio do trigo, pois existem empresas inidôneas, exploradoras, ilegais e com diversas irregularidades, mas existem também as sérias, que estão tentando acertar e fazem um trabalho justo. O fundamental é saber quais são as que efetivamente contribuem para nosso progresso e desenvolvimento e estão de acordo com a legislação. Tive a oportunidade de visitar vários locais de trabalho em Minas Gerais, constatando, "in loco", que somente através de cooperativa poderemos tirar centenas, milhares de pessoas de situações vexatórias. Tudo isso nos leva a nos posicionarmos de forma intransigente a favor do desenvolvimento sustentado das pessoas mais desafortunadas, por meio do livre associativismo, de sua organização em associações e cooperativas, conforme lhes assegura a Constituição Federal.

Acredito que a solução virá não através de fórmulas mágicas, desgastadas, requentadas e impostas de cima para baixo, mas oriundas da sociedade organizada, através das ações de seus cidadãos.

Queremos ressaltar que atividades isoladas, mas não menos nobres, vêm sendo representadas dentro desse modelo; algumas com sucesso, tais como a Cooperativa de Catadores de Papel de BH e a Cooperativa de Trabalhadores da Indústria de Calçados Arezzo - que hoje terceiriza toda a sua produção através de cooperativa constituída pelos seus antigos empregados. Agora vemos o esforço de uma indústria poderosa como a Mannesmann, que vem tentando viabilizar seu projeto social no setor florestal por meio de proposta que de solução de assentamento rural de seus trabalhadores diretos, e indiretos e das comunidades envolvidas, que passam a assumir toda a produção de biomassa, além de assumirem a posse das terras em questão. Essa é uma idéia inovadora e louvável, e, da tribuna desta Casa, queremos apoiá-la e dizer que trabalharemos a seu favor.

Iniciativas como essas devem ser louvadas e aplaudidas, e não descartadas simples e irresponsavelmente pela burocracia e pela intransigência de alguns setores do poder público. Por isso, apoio as ações das cooperativas, principalmente por parte da OCEMG e do SINDICOOP, de impetração de ação judicial por danos morais contra todos os que vêm denegrindo a imagem do cooperativismo em geral.

Defendo, ainda, a realização de seminários e ciclos de debates, na Assembléia Legislativa, com representantes do cooperativismo, do Ministério Público e do Ministério do Trabalho, visando a discutir as questões que têm sido alvo de críticas, autuações, fraudes, ilegalidades e outras ações danosas contra o cooperativismo, que acredito seja saída para a crise de emprego e renda em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma das questões relevantes da CPI das Carvoarias foi, sem dúvida, a da terceirização. Apresento esta proposta para que possamos, a partir de agora, discutir, com profundidade, a questão do cooperativismo. Talvez encontremos aí a solução.

Pelas poucas oportunidades que tive de ler sobre o assunto, vi que existe, em primeiro lugar, grande desconhecimento sobre a matéria. Diria mesmo que, por parte de alguns setores, há até ignorância. Não se trata de ignorância leviana, mas ignorância por falta de conhecimento e por questão cultural nossa. Neste momento, esta CPI, por meio do relatório final, propõe a todos nós a realização de um seminário, que esta Casa, seguramente, realizará por meio de todos os membros dessa CPI.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, adianto que a esse assunto me dedicarei a partir de agora e entendo que, como outros Deputados que conhecem o assunto, o cooperativismo seja a grande solução para essa questão.

Faço uma menção ao Deputado Paulo Piau, que é um defensor do cooperativismo, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, que foi o Presidente da CPI das Carvoarias, e aos demais Deputados que merecem todo o nosso respeito e toda a nossa consideração e que abraçarão essa causa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa, imprensa, senhoras e senhores das galerias e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, no ano em que se comemora o centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek, a lagoa da Pampulha, cartão postal de Belo Horizonte, inaugurada em 1936, no Governo do grande estadista mineiro, volta ao centro das nossas atenções.

A lagoa integra um conjunto arquitetônico idealizado por Oscar Niemeyer e sempre se constituiu em importante área de lazer e turismo. Infelizmente, a partir da década de 50, a lagoa vem sendo seriamente comprometida, com o assoreamento, resultado de toda a sorte de detritos e, principalmente, de grandes volumes de esgotos residenciais e industriais que ali chegam pelo ribeirão Sarandi e pelos córregos da Água Funda, da Ressaca e do Mergulhão.

A lagoa da Pampulha integra a bacia do córrego do Onça, que deságua no rio das Velhas que, por sua vez, deságua no rio São Francisco. Sua área de drenagem abrange 97km², sendo 44% pertencentes ao Município de Belo Horizonte e 56% ao Município de Contagem.

Ao longo destes anos, foram muitas as iniciativas destinadas a despoluir e a melhorar as condições da lagoa. Vêm sendo realizadas repetidas obras de drenagem, que não se mostram eficientes para o completo desassoreamento, pois o volume de resíduos que continua chegando à lagoa é sempre superior ao que escoar.

É necessário um conjunto de ações e um planejamento estratégico que vá às causas do problema, impedindo o crescimento desordenado da região da Pampulha, que abriga hoje vários bairros ainda desprovidos de estrutura sanitária.

Criou-se o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha - PROPAM -, resultado de um consórcio realizado entre as Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem, em parceria com empresas e com a comunidade, cujas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Sua proposta de trabalho, se realizada, será importante para a finalidade que todos queremos: a efetiva recuperação da lagoa. Entre suas metas estão o saneamento ambiental da bacia, com a proteção das nascentes, o combate à erosão, a urbanização de vilas e aglomerados, a ampliação das redes de esgotos e da coleta de lixo, a recuperação de fundos de vale e o controle de vetores.

Até o momento, no entanto, além das obras de desassoreamento já iniciadas, ainda não se avançou, como seria necessário, na execução das outras metas, inclusive a recuperação da qualidade da água, para atingir a classe 2, que se obtém através de tratamento convencional. Será necessário priorizar recursos para essas obras, e é isso que me preocupa no momento.

Tomei conhecimento da elaboração de um projeto de planejamento estratégico que o Município de Belo Horizonte está fazendo e que, ao que parece, não inclui nenhuma etapa das obras a serem realizadas na Pampulha.

Fica, pois, o meu apelo para que as obras de recuperação da lagoa sejam incluídas em todos os planejamentos de ambas as Prefeituras - de Belo Horizonte e Contagem - e nos do Estado - por intermédio da COPASA -, que já publicou o edital de concorrência pública para as obras da estação de tratamento de esgotos do ribeirão do Onça, sem prejuízo das propostas, das ações e das sugestões de medidas eficazes à solução definitiva do problema.

O estado de degradação da lagoa da Pampulha não pode receber o mesmo tratamento que o problema da seca do Nordeste: muita gente fala, muito se planeja, mas ações afetivas são sempre proteladas. Por isso, o mais importante, neste momento, é incluir a Pampulha, como um todo, nesse projeto de planejamento estratégico. É essa solicitação que deixo neste momento. Ou se encara a situação para resolver ou será melhor nem se tocar mais nesse assunto e nos conformarmos com a perda desse legado de JK à Capital dos mineiros.

Este meu pronunciamento vem da preocupação que temos e da vontade de ver solucionado o problema. Tenho acompanhado a situação. Ainda ontem estive lá, avaliando os trabalhos que estão sendo feitos. Grande parte sabemos que não será resolvida. Será ainda mais protelada essa situação que é caótica do ponto de vista da saúde e de calamidade pública. É preciso que seja feita essa análise, a fim de viabilizar condições amplas para a solução do caso da Pampulha como um todo e, principalmente, da lagoa.

Aproveito a oportunidade para dizer também que amanhã entraremos em recesso e temos muitos projetos de lei e propostas de emenda à Constituição para se votarem em Plenário; por isso, mais uma vez, de acordo com a lista já oferecida à coordenação, solicitamos que, no início do próximo semestre, possamos votar projetos importantes na área da educação.

Citamos um deles, extremamente importante: o projeto de lei que faz com que seja estabelecida, pela Secretaria da Educação, a cadeira de informática nas escolas públicas estaduais. Já não dá para se conceber que haja escolas estaduais sem curso de informática. Quando chega a época da competitividade no emprego e trabalho, os alunos dessas escolas entram em condições desfavoráveis em relação aos que vêm das escolas particulares. É um dever do Estado dar essa condição de competitividade aos alunos da rede estadual. Temos a certeza de que esse projeto vai ajudar muito. Não adianta somente mandar computadores para as escolas. A escola não é pessoa jurídica e não pode contratar professores. Não tendo essa cadeira, os alunos ficam sem o acesso à informática. Nos dias de hoje, isso é inaceitável. Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, meus caros colegas Deputados, amigos, companheiras e companheiros presentes nas galerias, quero, por meio da TV Assembléia, dirigir-me, de maneira muito especial, ao povo de Uberaba. No início desta semana e hoje, vivemos momentos de saudade e tristeza pelo passamento de duas pessoas ilustres, valorosas, construtoras da paz, servidoras do povo.

A primeira delas, que faleceu no domingo, foi o nosso internacional Chico Xavier. Talvez, neste País, seja a pessoa mais reverenciada, merecedora de títulos internacionais da paz, do Prêmio Nobel da Paz. O Cidadão Mineiro do Século era uma pessoa que, durante toda a sua vida, serviu ao próximo e foi um grande consolador dos aflitos.

Hoje, também perdemos uma pessoa extraordinária, valorosa, um servidor do povo: o Dr. Humberto Ferreira. Ele foi um querido professor que tive, nosso patrono na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Era um pediatra que confortava e tranquilizava todos os pais que o procuravam no momento de sofrimento e angústia com seus filhos doentes. O Dr. Humberto Ferreira cuidou de muitas crianças uberabenses, inclusive da maioria das famílias de médicos uberabenses. Mais do que um médico, era um sacerdote, uma pessoa de uma generosidade extrema, de uma humildade exemplar, um grande cientista. O Dr. Humberto lutou em prol dos portadores da doença de Chagas, que limita a vida das pessoas. Agora, esses doentes estão vivendo muito mais graças aos seus trabalhos e à sua dedicação. Deixo o meu abraço fraterno e amigo à D. Livia, sua esposa, e aos seus filhos, Roberto e Murilo.

Não sei qual o sentimento que devemos manifestar, porque sempre disseram que Chico Xavier iria se "encantar" em um momento de alegria. Todos os uberabenses devem sentir orgulho por tê-los como concidadãos, por terem tido a oportunidade de usufruir a luz, a bondade, os exemplos, os ensinamentos generosos desses dois grandes homens brasileiros, Chico Xavier e Humberto Ferreira.

Fica registrado o nosso pesar pelo passamento desses valorosos amigos, servidores da humanidade. Temos a certeza de que seus exemplos e ensinamentos os manterão vivos por muitos séculos; estarão presentes em Minas, no Brasil e no coração da humanidade.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Deputado Adelmo Carneiro Leão, inveja V. Exa. por ser de Uberaba e haver convivido com essas pessoas que a humanidade acaba de perder. Por isso, associo-me à sua manifestação. No caso do Chico Xavier, não precisamos dizer muita coisa, porque é uma pessoa mundialmente conhecida e, com certeza, pranteada por quase todos.

Como tive a felicidade de fazer meu curso de Medicina em Uberaba, as palavras de V. Exa. me fizeram recordar os trabalhos realizados pelo Dr. Humberto no Hospital da Criança, em que demonstrou grande abnegação, não só como médico, mas também como um estudioso na busca do tratamento para os portadores da doença de Chagas. Como todos os mineiros, também estou pranteando a perda dessas duas figuras exponenciais do nosso Estado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Obrigado, Deputado José Braga. Mais do que lamentar o passamento de tão ilustres figuras, agradeço a Deus por tê-las muito próximas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, telespectadores, quero aproveitar o pronunciamento do Deputado Adelmo Carneiro Leão sobre o falecimento do Dr. Humberto Ferreira, figura tão querida pela comunidade de Uberaba. Quero manifestar o nosso pesar, e enviar nosso abraço especial a todos os familiares e amigos do Dr. Humberto.

Sr. Presidente, também gostaria de falar sobre o incidente relativo ao IMA ocorrido ontem. O projeto que tramitou nesta Casa foi bastante trabalhado pelos servidores do IMA e, na sua fase final, o Governo manda dizer que não concordava com ele, o que nos deixa angustiados. Houve avanços. O IMA deu o seu recado, o seu grito de que a situação não está boa para os funcionários do Instituto e que algo deve ser mudado, porque a importância do IMA para a economia mineira é muito grande. Esperamos que o Sr. Governador cumpra o seu compromisso de encaminhar para esta Casa o plano de cargos e salários do IMA, para que possamos apreciá-lo e - quem sabe - no menor espaço de tempo possível, fazer com que o Instituto tenha essa segurança, o plano de cargos e salários.

Queria também me reportar às palavras do Deputado Márcio Cunha, que se refere ao cooperativismo não como alternativa de organização da sociedade, mas como um caminho para organização e para ter-se um instrumento que dê chances às pessoas de trabalhar por conta própria, produzindo algo, sem a necessidade de ter carteira assinada. Como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo desta Casa, que congrega 51 dos 77 Deputados, agradeço por todo o trabalho que fizemos durante esse semestre. Foram várias conquistas devido ao apoio ao cooperativismo no Estado. Agradeço a parceria da CEMIG, aos nossos assessores, ao Cristiano, ao Wagner, aos apaixonados pela tese do cooperativismo. Continuamos a luta em favor do fortalecimento das cooperativas porque por meio delas conseguiremos manter as pessoas trabalhando e ganhando o seu sustento.

Márcio Cunha cita alguns exemplos de cooperativas, como a dos catadores de papel, a dos surdos e mudos, que estão presentes em Belo Horizonte. Queremos citar também a Cooperativa dos Transportadores do Distrito Industrial 3. Sempre digo que os caminhoneiros estavam "comendo" os seus caminhões. Hoje, organizados em cooperativas, estão se estruturando exatamente para poder fazer um trabalho comum de oficina, de compra de peça, de reposição de veículos. Portanto, em todas as áreas, o cooperativismo, de fato, não é mais alternativa, é um caminho de organização da sociedade. Tanto isso é verdade que os Estados Unidos, o país mais rico e capitalista do mundo, têm 35% da sua população cooperativada.

A Europa chega a ter 45% da população ligada a alguma cooperativa. O Brasil experimenta, ainda, o ridículo índice de 4% da sua população associada a alguma cooperativa. Para que os telespectadores entendam o que é uma cooperativa, um bom exemplo são as nossas cooperativas de crédito: a UNIMED, na área de saúde; várias cooperativas educacionais, cooperativas de trabalho e cooperativas agropecuárias, que são as mais tradicionais. Portanto, hoje, a cooperativa é a maior ONG, organização não governamental, que existe no mundo. O Brasil precisa, evidentemente, conscientizar-se e fazer com que as pessoas constituam cooperativas para ganhar seu sustento, produzido por intermédio de seu trabalho.

Às vezes refletimos sobre o motivo por que o Governo Federal não incentiva o cooperativismo, embora o apoio a este esteja expresso na Constituição Federal. Mas, a começar pelo PIS-COFINS, que é um imposto de recolhimento não-obrigatório das cooperativas, cobrado em virtude de medida judicial, o Governo Federal, na sua sanha arrecadadora, faz questão de prejudicar as cooperativas brasileiras com mais impostos, e até com impostos indevidos. É aí que vem a crítica ao Governo Federal, de Fernando Henrique Cardoso, que, na verdade, precisa fazer das cooperativas um instrumento de desenvolvimento nacional.

Temos o caso da CPI do Leite, comissão vitoriosa desta Casa. Uma das grandes conclusões dessa CPI foi a de que é necessário que os produtores se organizem por meio do cooperativismo e do associativismo.

Sr. Presidente, aproveito este momento de final de semestre para fazer um agradecimento especial a minha família, extensivo às famílias de todos os meus colegas Deputados, porque muitos acham que esse trabalho é leve, mas, na verdade, convivemos muito pouco com nossas famílias. Estou a 500Km da minha casa, permaneço aqui a semana toda e, no final de semana, quando para lá nos dirigimos, ainda viajamos para outros lugares, dormimos em outras cidades e, na verdade, convivemos muito pouco com nossas famílias. Quero fazer aqui uma homenagem a todas as famílias que têm a tolerância e a paciência de compreender que o que realizamos não é apenas um trabalho, mas uma missão que nos foi delegada, para que cumpramos a nossa responsabilidade de representar a sociedade mineira.

Desejo, também, agradecer à Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, começando pela assessoria daquela Comissão. Também quero agradecer e cumprimentar toda a assessoria da Assembléia Legislativa, que tem sofrido alguns reveses, de alguns anos para cá, mas, com muita garra, está aí nos apoiando para que nosso trabalho seja viabilizado da melhor maneira possível. Agradeço também aos meus colegas Deputados da Comissão de Educação, que nunca me deixaram na mão, como Presidente. Portanto, fechamos esse semestre com todas as matérias discutidas, aprovadas ou não, conforme o caso.

Ainda com relação à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, quero dizer que definimos algumas metas no início da nossa gestão. A primeira delas foi na área da educação. Realizamos dez audiências públicas pelo Estado e discutimos com todos os profissionais ligados à educação; fizemos avaliações e identificamos deficiências para que pudéssemos, ao mesmo tempo, sugerir e cobrar, do Executivo e da Secretaria da Educação, ações mais objetivas que visassem fortalecer a educação no Estado.

Quero relatar e particularizar a questão da pré-escola, que, na verdade, está mais ou menos sem definição de responsabilidade, embora a LDB defina o município como responsável nº 1, mas não isenta o Estado dessa obrigação. A pré-escola é o início da vida educacional de uma pessoa e, porque não dizer, da vida profissional; é uma questão que merece a preocupação desta Casa e de toda a sociedade mineira, porque é um ponto que precisamos fortalecer na educação.

Também discutimos o plano de carreira dos professores, um projeto do Deputado Rogério Correia, que veio a esta Casa por omissão do próprio Governo do Estado, que não o tinha enviado até aquele momento. Nossa peregrinação pelo Estado foi interessante, porque pudemos colher a impressão de quem, na verdade, estava com a mão na massa na educação.

A situação culminou com a greve desses profissionais, que pleiteavam um plano de carreira. Ficamos 50 dias parados, o que causou grande prejuízo para o Estado. Felizmente, os professores voltaram ao trabalho, baseados em um termo de ajustamento de conduta muito bem coordenado pelo Ministério Público. Às vezes, criticamos o Governo, mas, às vezes, temos que reconhecer os seus méritos.

Ontem, às 20 horas, foi protocolado, na Casa, o plano de carreira dos profissionais da educação do Estado, num compromisso assumido, no termo de ajustamento de conduta, pelo Governador Itamar Franco, através do Secretário da Educação, Murílio Hingel. Foram também designados 20 mil servidores concursados, conforme constava daquele documento. A Assembléia Legislativa, ontem, pela LDO, reforçou emenda - e eram oito nessa mesma direção - para que fossem destinados recursos para cumprir o plano de carreira que certamente será implementado no ano 2003.

As coisas estão caminhando bem. Quem sabe, depois de 20 anos, o nosso profissional da educação poderá ter o seu plano de carreira definido,

talvez não de acordo com o que todos mereçam, mas de acordo com aquilo que será possível. A nossa Comissão de Educação trabalhou bastante nessa direção, para que as coisas se ajustassem melhor. Quero dividir isso com todos os membros da nossa Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Na área de cultura, definimos também a raça negra, que hoje é discussão nacional. Realizamos vários eventos, como os de 20 de novembro e 13 de maio, e discutimos os projetos de quota para a educação, do pré-primário ao ensino superior, e também para o emprego, e realizamos inúmeras audiências públicas. Os projetos estão bem encaminhados para que no Brasil, e, especialmente em Minas Gerais, possa ser feita justiça para os cidadãos da comunidade negra, que, na verdade, de acordo com os dados do IBGE, são os mais pobres entre os pobres e os que menos têm oportunidade na educação.

Ontem, vimos dados muito interessantes, como, por exemplo, que 16% da raça negra concluem o segundo grau, mas apenas 2% alcançam a universidade. Enquanto isso, 37% da raça branca terminam o segundo grau e 11% galgam a universidade. As ações que estamos empreendendo, discutindo, têm a função de corrigir essa injustiça, que ainda prevalece.

Na área de ciência e tecnologia, neste ano, por pressão da nossa Comissão, fomos até o Ministério Público para solicitar seu apoio. Felizmente, o Governo do Estado investiu um pouco mais nessa área, na Fundação de Amparo à Pesquisa.

Uma notícia interessante: havia apreensão com relação ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias mandado para esta Casa, que praticamente tirava a força da FAPEMIG; mas, felizmente, na Comissão de Fiscalização Financeira permaneceu a expressão do artigo anterior, continuando, portanto, fortalecida a FAPEMIG.

Agradeço a todos os colegas e companheiros, a toda esta Casa, a todos os cidadãos do Estado que nos ajudaram, compreenderam e que têm compromisso com o estabelecimento de uma democracia cada vez mais forte para o nosso País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos emendas à LDO, e três delas foram rejeitadas.

A emenda de minha autoria tem a intenção de obrigar o Executivo a mostrar para a sociedade o resultado da execução do orçamento que aprovamos a cada ano. Diz: "Para o cumprimento do disposto no inciso XVI do art. 8º desta lei, serão utilizados os seguintes indicadores sociais".

Já a Emenda nº 47, no inciso XVI do art. 8º, determina que o Governo, ao enviar o orçamento para a Assembléia, anexe as metas sociais a serem alcançadas: "XVI - Anexo de metas sociais contendo as metas de melhoria dos indicadores sociais a serem atingidas no próximo ano, discriminando as ações a serem implementadas, quantificando-as financeira e fisicamente".

A Emenda nº 48 estabelece os indicadores: "I - Expectativa de vida: expectativa de vida em anos ao nascer; II - Renda: PIB, "per capita" ajustado ao custo de vida local, indicadores de concentração de renda, número de pessoas abaixo da linha da pobreza; III - Desemprego: percentual médio de população economicamente ativa desempregada; IV - Educação: média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior...".

Queremos que o Governo indique para a sociedade mineira, por meio de seus representantes, qual a situação sócio-econômica do Estado em cada região, o que alcançou a cada ano e o que pretende alcançar. Um município de 10.000 habitantes, por exemplo, que recebe verba de R\$2.500.000,00, pode aplicá-la bem ou mal. Se existir a intenção de melhorar a situação do município, nas diversas áreas, esses indicadores servirão de balizamento para sabermos se as verbas foram bem aplicadas. Isso significa dizer que a sociedade vai acompanhar a evolução ano a ano. Do contrário, teremos verbas alocadas sem avaliação. Por exemplo: se alguém diz que vai construir estrada de 10km, isso não vai significar nada, se não pudermos avaliar os benefícios gerados pela obra. Essa estrada é prioridade, melhorará as condições da região? Sem esses indicadores fica difícil fazer a avaliação, já que, todo ano, os municípios pedem verbas para saúde, educação, etc., sem que a sociedade saiba o que foi efetivamente feito em cada área: quanto se reduziu na mortalidade, o que melhorou na escolaridade do povo, como está o desemprego. Queremos que haja o mínimo de dados indicadores, para podermos acompanhar.

Por isso, peço o apoio dos companheiros para a aprovação dessa emenda. Parece-me que as Emendas nºs 45 e 47 já foram votadas.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/7/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.188, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado José Milton

exonerando Valéria de Rezende Campos Marinho Couto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Carla Isabela Rezende para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Câmara Municipal de Naque. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensada.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rodoviário Job Ltda. Objeto: contratação de serviço de locação de veículos. Objeto do aditamento: alteração qualitativa do objeto (alteração do Anexo II).

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2002

Data de julgamento das propostas de preços: 22/07/2002.

Objeto: Contratação de seguro de imóveis e seus conteúdos de propriedade da ALEMG, pelo período de 12 (doze) meses.

Licitante vencedora: Generali do Brasil Cia. Nacional de Seguros.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação de atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 20/7/2002, pág. 32, col. 4, onde se lê:

"Adriana Pinheiro de Moraes", leia-se:

"Adriana Pinheiro de Moraes Souza".